



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS
SECRETARIA DE ENSINO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

VERÔNICA SANTOS DE LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: MEDIAÇÃO
TECNOLÓGICA E INCLUSÃO**

Campina Grande – PB
2013

VERÔNICA SANTOS DE LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA: MEDIAÇÃO
TECNOLÓGICA E INCLUSÃO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – Campus I, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Novas Tecnologias na Educação.

Orientadora: Professora Dra. Lígia Pereira dos Santos

Campina Grande – PB
Julho / 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

L732f Lima, Verônica Santos de.

Formação de professores de língua inglesa [manuscrito]:
mediação tecnológica e inclusão / Verônica Santos de Lima. –
2013.

59f. :il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Novas Tecnologias na Educação) – Universidade Estadual da
Paraíba, Secretaria de Educação à Distância - SEAD, 2013.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Lígia Pereira dos Santos”.

1. Formação de Professores. 2. Língua Inglesa. 3. Tecnologias
Educativas. I. Título.

21. ed. CDD 371.12

Verônica Santos de Lima

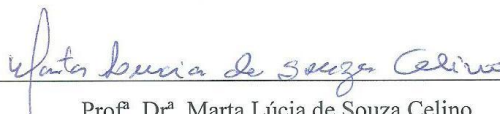
Monografia apresentada ao curso de Especialização da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – como requisito para a obtenção do Título de especialista em Novas Tecnologias da Educação.

Aprovada em 23 de julho de 2013.

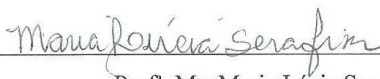
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Lígia Pereira dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
(Orientador – Presidente)



Prof.^a. Dr.^a. Marta Lúcia de Souza Celino
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(1º membro)



Prof.^a. Ms. Maria Lúcia Serafim
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
(2º membro)

Campina Grande – PB

Julho/ 2013

Dedico a Deus e a minha família, em especial aos meus pais, Gonçalo Alves de Lima (In memorian) e Gidalva Santos de Lima, pelo carinho, cuidado, atenção e dedicação para comigo, para que eu pudesse alcançar todos os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em todos os momentos da minha vida, sempre está ao meu lado, me direcionando e ajudando em tudo. A Ele que me conhece profundamente e sabe das minhas dúvidas, dos meus desejos, das minhas limitações, enfim, que continuamente está comigo em todas as horas. Muito obrigada Senhor pelas oportunidades e pelas pessoas que foram postas em minha vida, pois cada uma veio com um propósito ao meu encontro.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, em todas as circunstâncias da minha vida, sem medir esforços para que eu chegasse até aqui. Principalmente, a minha mãe, conselheira e amiga, que sempre está ao meu lado, me incentivando, apoiando, orientando, orando para que Deus possa me guiar em seus caminhos e que me dê sabedoria para que eu escolha a melhor direção. A ela agradeço do fundo do meu coração, pois sem Deus e sem ela, eu não seria a pessoa que sou.

À minha irmã Luana Anastácia Santos de Lima, que sempre está me apoiando e incentivando em tudo o que faço. A qual também se preocupa muito comigo e sempre está trocando e compartilhando de suas experiências.

A minha orientadora Professora Dra. Lígia Pereira, uma pessoa amiga, que acreditou em mim. A mesma que com muita paciência, dedicação e sabedoria me orientou neste trabalho monográfico, me dando a oportunidade de crescer e ampliar os meus conhecimentos. A qual tenho muito respeito e admiração pela pessoa e profissional que é.

As Professoras da banca, por serem pessoas dedicadas e comprometidas com a educação, as quais me apoiaram neste trabalho final e não viram obstáculos para que pudessem está ao meu lado neste momento de grande importância.

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente com a construção deste trabalho, pois participaram de uma etapa muito importante e inesquecível da minha vida, de modo que jamais os esquecerei. Enfim, a todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar como se dá a formação de professores de Língua Inglesa numa sociedade que vê emergir práticas de saberes advindos com as tecnologias e que necessariamente precisa ser inclusiva para poder atender a demanda de alunos com deficiência na escola. Por meio da análise do estudo, percebemos que a formação dos professores configura-se dentro de um modelo tradicional, apresentando traços de ruptura e de busca para uma prática que promova o crescimento cognitivo e social de cada educando, respeitando as potencialidades individuais. Nossas considerações finais pretendem contribuir para uma prática pedagógica e formação que reconheçam as diferenças e a igualdade de direitos no processo de aprendizagem e participação dos educandos com deficiência nas atividades educacionais. Por meio de nossas reflexões sobre a atuação pedagógica em uma escola regular e inclusiva com alunos deficientes, o professor poderá ponderar criticamente sobre o processo de inclusão que ocorre em nossa sociedade e repensar suas ações, a fim de buscar melhorias para o desenvolvimento do seu alunado.

Palavras-chave: Inclusão. Tecnologia. Formação de Professores. Língua Inglesa.

ABSTRACT

The present work searched to analyse like is the training of English Language teachers in the society that rises learning practices with technologies and that need to be inclusive to answer to demand of students with deficient students. Based on the analysis of the study, we observe that the formation of the teachers was based on the traditional paradigm, presenting features of rupture and it searches a practice that promotes the raise cognitive and social of each student respecting the individual potentialities. Our final considerations intend to contribute to a pedagogical practice and training that identify the differences and equality rights in the learning process and participation of the students with deficiency in the educational activities. Through our reflections about the pedagogical acting in the regular and inclusive school with deficient students, the teacher may think critically about the inclusive process that it happens in our society and rethink their actions, in order to seek improvements to the development of their students.

Key words: Inclusion. Technology. Training of Teachers. English Language.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – As Tecnologias Inseridas na Educação.....	14
1.1 Internet: do surgimento à utilização.....	19
CAPÍTULO II - A Utilização das Tecnologias no Ensino de Língua Inglesa e o Ensino Médio.....	20
2.1 O educador e a utilização das tecnologias na sala de aula.....	26
2.2 Formação de professores e saberes tecnológicos.....	28
CAPÍTULO III – Construindo uma sociedade inclusiva.....	29
CAPÍTULO IV – Metodologia.....	38
CAPÍTULO V - Apresentação e análise dos resultados.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

Anexos

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, diante da realidade da globalização, o conhecimento para o trabalho, o aceleração da mudança social e os avanços tecnológicos têm nos convidado a repensar o papel da Língua Inglesa como Língua Estrangeira Moderna no currículo do Ensino da sociedade, em que o acesso da informação é dinâmico e intenso.

Assim, faz-se necessário a inclusão da Língua Estrangeira interligada às tecnologias na formação dos docentes. É notório que a tecnologia está transformando nossas vidas de diversas formas, incluindo a maneira a qual adquirimos informações, investigamos, lemos, escrevemos, aprendemos e ensinamos. Novas formas de ambiente de aprendizagem estão surgindo no contexto pós-moderno no qual estamos imersos. Como a tecnologia está cada vez mais acessível nas escolas, temos que atualizar nosso conhecimento a respeito da mesma, assim como nos adaptar ao surgimento de novos tipos de comunicação e ao novo sistema simbólico que as multimídias trouxeram.

Através da internet torna-se viável estas novas práticas na escola, e para isso, esta conscientização e a utilização em relação às tecnologias devem começar a partir do professor. É preciso que o mesmo sinta que o computador é uma ferramenta muito eficaz se utilizada de forma adequada, além de melhorar o ensino, deixando-o mais interessante e significativo, pois principalmente o público jovem sente-se atraído por serem meios mais interativos.

Podemos perceber que os alunos já estão introduzidos na cibercultura, e assim, já incorporaram isso na sua prática social de uma maneira muito mais rápida. O exemplo mais comum para isso são os celulares, que eles já fazem uso não só como um meio de comunicação, mas como uma forma de integração na sua prática social. Essa situação adverte que escolas, professores e alunos comecem a pensar em como tirar benefícios dessa nova resignação sócio-técnica. Sendo assim, com olhar crítico e atencioso, o ciberespaço deve ser utilizado de forma pedagógica no processo educacional. A escola precisa incorporar essa prática também com a inclusão digital, de uma forma natural e seguir o compasso da sociedade moderna.

Todavia, ainda nos deparamos com a resistência por parte de alguns professores em fazerem uso dos meios tecnológicos, seja porque estão mais habituados com o ensino tradicional, ou mesmo por não acharem pertinente a

utilização da tecnologia no âmbito educacional, ou por não terem conhecimento suficiente no domínio com as tecnologias, enfim, são encontrados alguns percalços que precisam ser vistos de outra forma, ou seja, de maneira desafiadora e estimulante.

Assim sendo, este trabalho visou colaborar com o melhor aperfeiçoamento do professor em sala de aula com o auxílio das tecnologias para que este docente possa dinamizar suas aulas. Nesta perspectiva, os professores de Língua Inglesa estão diante do desafio de analisarem as mudanças sociais, culturais e linguísticas que a nova sociedade digital e a mídia impõem em trazer esta rede de informações para dentro da sala de aula de uma forma crítica e consciente para os alunos.

Movidos assim, pela transformação da sociedade em meio à tecnologia e pela perspectiva da relevância teórica e temática atual, vemos que é possível abrir um leque para novas contribuições educacionais de uma forma geral, foi proposto fazer este estudo sobre a tecnologia, pois percebemos que a formação dos professores de Língua Inglesa é indispensável no processo de “Inclusão Tecnológica”, fazendo com que o educador tenha responsabilidades por suas ações e saiba utilizar e trabalhar de forma consciente os recursos tecnológicos oferecidos, bem como, ressignificar os conteúdos presentes no campo virtual, aproximando-os com a realidade de seus alunos.

O apoio para a capacitação de professores de Língua Inglesa e nos recursos tecnológicos são algumas alternativas positivas que trabalham a favor da Educação, contribuindo como poderosas ferramentas na agregação de pessoas com objetivos em comum, que permite entre outras coisas, as questões relacionadas ao processo educativo. Portanto, com todos esses fatores que englobam o mundo virtual e suas tecnologias, encontra-se inserida a Internet como um novo recurso didático. Cabe aos professores adaptarem-se aos avanços que vêm surgindo para que ocorra a interação entre professores, alunos e os conteúdos a serem aprendidos.

Segundo Gadotti (2005, p. 22):

A docência, como aprendizagem da relação, está ligada a um profissional especial, um profissional do sentido, numa era em que aprender é conviver com a incerteza. Daí a necessidade de se refletir hoje sobre o novo papel do professor, sobre as novas exigências da profissão docente, principalmente, da formação continuada do professor, da professora.

Este estudo baseou analisar de forma clara e objetiva através de um estudo teórico, as questões que envolveram a importância da tecnologia e da Educação Inclusiva na formação dos professores de Língua Inglesa, como sendo uma poderosa ferramenta na aprendizagem no contexto da pós-modernidade. Diante desta abordagem, notamos o quanto a Internet, as redes, o celular, a multimídia que estão revolucionando nossa vida de uma forma geral são suportes que nos são dados, ou seja, meios para que inovemos e melhoremos nossa forma de trabalhar, e as mesmas nos permitem realizar atividades de aprendizagem de formas diferentes às de antes.

O processo de formação dos professores começa a ser transformado, a partir de todos os envolvidos com a educação – professores e gestores são desafiados a encontrar novas formas de ensinar, tornando-se mediadores de uma aprendizagem mais consciente e inovadora, juntando a forma tradicional de ensinar na sala de aula, com os meios tecnológicos. Desta forma, todos podem avançar muito mais em organizar currículos mais flexíveis, aulas diferentes, fazendo com que acabe a rotina, a repetição, a previsibilidade e tudo que seja desfavorável à aprendizagem, pois a monotonia da repetição esteriliza a motivação dos alunos.

São muitos os recursos à nossa disposição para aprender e para ensinar através das tecnologias, basta selecionarmos cautelosamente o que será apresentado em sala. A chegada da Internet, dos ambientes virtuais, dos programas que gerenciam grupos e possibilitam a publicação de materiais estão trazendo possibilidades que não existiam há vinte anos atrás. A resposta dada pela escola até agora ainda é muito tímida, deixada a critério de cada professor, sem uma política institucional mais ousada, corajosa, incentivadora de mudanças. Está mais do que na hora de buscarmos evoluir e construir nossas propostas fundamentadas naquilo que acreditamos que é o aprender, mas aprender fazendo e com responsabilidade, comprometimento e seriedade, pois só assim, estaremos contribuindo das novas demandas educacionais.

Todos os que estão envolvidos em educação precisam pensar, conversar, analisar, planejar e executar ações pedagógicas inovadoras, com o devido cuidado, aos poucos, mas firmes e sinalizando mudanças. Porém, sempre haverá professores que não querem mudar, mas uma grande parte deles está esperando novos caminhos, novas oportunidades, o que vale a pena fazer.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) também tendem a promover mudanças nas trocas comunicacionais e nas possibilidades de interação

humana, constituindo o que Costa (apud 2003) denomina *cultura digital* (SANTANA, 2006).

Sendo assim, as revoluções e transformações são causadas pela tecnologia, seja ela digital ou não, estruturando novas formas de vir a ser, pensar e produzir. As revoluções tecnológicas e transformações aconteceram em função do surgimento das mídias, especialmente, as digitais. As Interfaces e elementos tecnológicos, inseridas na sociedade contemporânea, têm modificado a maneira como as pessoas se comunicam, se relacionam e, inclusive, aprendem. Então, pode-se considerá-las como sendo ferramentas de grande importância na formação dos professores de Língua Inglesa.

Visto que, são através desses espaços dinâmico-educacionais e sócio-culturais que surgem os espaços sociais virtuais que aproximam, unem e servem de socialização de experiências e conhecimentos, e, tudo isso ocorre de forma influenciadora no nosso cotidiano, modificando formas de pensar e agir na formação dos docentes.

Por conta destas transformações, a escola passa a não ser mais o único lugar e, nem o principal, de aquisição de informações, pois com a propagação das informações e notícias através da Rede e das TIC (Tecnologias da comunicação e Informação), o conhecimento vem deixando de pertencer a uma minoria para transformar-se em parte integrante da cultura mundial. Nascem às mídias digitais e espaços virtuais e com eles a possibilidade da comunicação e aprendizagem acontecerem a qualquer instante e em qualquer lugar.

Acreditando que a educação tem como base essas novas interfaces, há uma possibilidade de gerar uma mudança drástica nos mecanismos educacionais, ou no mínimo, ser uma poderosa aliada tanto para os educandos, quanto para os educadores.

Quando falamos em aprendizagem e educação, automaticamente nos referimos à formação dos professores, pois está interligada a estas questões. Sabemos, pois, que o educador atualizado nunca deixa de estudar, pesquisar, buscar e ampliar seu conhecimento, sendo assim, uma forma de buscar melhorias em sua formação profissional, na qualidade de seu ensino, é aprendendo continuamente e com outros indivíduos. O professor está diante do seu novo papel na educação, das exigências que vem ocorrendo ao longo do processo educativo, e perante esta

situação, não se sente temeroso, mas vai ao encontro dos seus alvos, dos novos saberes.

Neste contexto, o professor de Língua Inglesa (LI) é visto como a pessoa que tem um passaporte decisivo no que corresponde ao mercado de trabalho, tendo em vista que a pessoa conhecedora de outra língua além da materna possui um diferencial das outras que a desconhecem, pois o inglês é considerado uma língua universal. Por isso Greenbaum (*apud* Paiva 2005, p. 10) afirma que: “o inglês é a principal língua estrangeira estudada em países de primeiro mundo como a Rússia, por exemplo.”. Essa afirmação nos mostra a relevância do ensino desse idioma, não apenas para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas também para os que já se desenvolveram economicamente. Ademais, esse interesse dos países em aprender ou ensinar a LI é considerado para Greenbaum *apud* Paiva (2005, p. 10) “uma forma de se ter acesso à ciência, a tecnologia ocidental, ao comércio e turismo internacional e à ajuda militar e econômica”.

Desta forma, percebemos que o docente do referido idioma se fortalece cada vez mais em decorrência do processo de globalização dos fatores sócio-econômicos e sendo assim, o educador, no entanto, deve apropriar-se da tecnologia para a viabilização do ensino de LI, como um meio de proporcionar interação em sala de aula, propondo uma dinamicidade não mais limitada à sala. Para Kenski (2007, p. 88) “As tecnologias ampliam as possibilidades de ensino para além do curto e delimitado espaço de presença física de professores e alunos na mesma sala de aula”.

Neste mundo globalizado em que vive o professor, deve-se cada vez mais acompanhar o que vêm acontecendo, em todos os sentidos, seja na informática, na ciência, na política ou na tecnologia, pois lecionar torna-se um desafio para os professores que precisam ressignificar os conteúdos de ensino utilizando em suas estratégias metodológicas práticas sociais que perpassam o cotidiano dos mesmos, como por exemplo, aproveitar os conhecimentos relativos ao uso do computador e da internet.

Com isso, pretendemos demonstrar que mais do que nunca o docente deve estar preocupado com a sua formação e refletir a respeito dela. De acordo com Freitas (2005), através da reflexão o professor é “capaz de construir o conhecimento (...) sobre as relações que podem existir entre sua prática/experiência de sala de aula e aprendizagem do aluno” (p.52).

Diante das grandes transformações culturais e sociais em nossa sociedade promovidas, em grande medida, pelos instrumentos tecnológicos, o computador quando chega às escolas, chega com o objetivo de ser utilizado como recurso pedagógico para enriquecer o ambiente educacional. Nesse contexto, os professores sentem-se desafiados a inserir esta ferramenta tecnológica em suas práticas pedagógicas; contudo, a simples inclusão desse instrumento tecnológico no âmbito escolar, por si só, não é sinal de melhorias para o processo de ensino-aprendizagem. Antes, porém, se faz necessário que o professor reflita sobre a importância de utilizá-la e em que circunstâncias será feito, de modo a otimizar o processo de ensinar no sentido de melhorias no processo de aprendizagem dos alunos.

As práticas pedagógicas sempre foram discussões antigas e que sempre estão retornando mais fortemente, levando esse professor a refletir, repensar seu trabalho em sala de aula. É preciso buscar a melhor maneira de trabalhar com o recurso do computador e da internet, de forma que se consiga explorar todas as potencialidades a favor do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, o referido trabalho se justifica pela necessidade de rever nossas práticas pedagógicas, diante das grandes transformações tecnológicas que estamos vivenciando.

O professor atualizado tem o desejo de aprender constantemente e de ir mais adiante, em busca de novas habilidades, além do comprometimento diante dos desafios que surgem diante das tecnologias. Mas o importante não é apenas que o professor tenha acesso à tecnologia, o que também se faz essencial, mas também que a escola oportunize aos professores momentos de formação continuada e de reconstrução em suas práticas pedagógicas como forma de apropriação tecnológica na área do conhecimento em que atua.

Evidentemente, para que a proposta de incorporação de novas tecnologias no ensino aprendizagem de qualquer conteúdo curricular seja efetivamente implementada no contexto da escola é necessário que as instituições educacionais disponibilizem não apenas de recursos tecnológicos, mas todo e qualquer mecanismos que garantam o seu pleno funcionamento incluindo um corpo docente qualificado para inserir as tecnologias nas práticas pedagógicas.

Entende-se que deve haver uma capacitação, e esta por sua vez, em todo seu desenvolvimento, deve incentivar os professores a buscar cada vez mais além daquilo que está ensinando. É nessa busca que encontramos desafios que por alguns momentos ultrapassam as expectativas até mesmo de professores mais engajados

com a proposta de inclusão de tecnologias do ensino aprendizagem, tornando-os mais confiantes e determinados a continuar neste ideal.

1. AS TECNOLOGIAS INSERIDAS NA EDUCAÇÃO

Todo o processo de educação foca-se na ampliação dos conhecimentos, na relação entre o ensino e a aprendizagem e, principalmente, na formação de cidadãos. Desse modo, cada vez mais, procura-se ir além dos métodos tradicionais de ensino. Verifica-se que, entre as atuais possibilidades para a educação está a inclusão das mídias digitais como ferramenta pedagógica na sala de aula, como um meio de relacionar o ensino às ações cotidianas dos alunos, já que torna-se evidente que os jovens hoje cada vez mais estão conectados as diversas mídias como: TV, Videogame, aparelho de som, computador, celular e etc. Para Kenski, (2007, p. 86):

Um programa de TV, a notícia no telejornal, a campanha feita pelo rádio, mensagens trocadas na internet, jogos interativos de todos os tipos são fontes de informações e de exemplos que ajudam a compreensão de conteúdos e a aprendizagem.

Através da citação de Kenski, podemos ver que são diversos os meios existentes para manter um indivíduo informado. Mas, verificamos que entre os meios de comunicação existentes, atualmente a Internet se destaca, isso devido à eficiência, rapidez e principalmente em decorrência do baixo custo e do fácil acesso à informação que ela disponibiliza.

A humanidade tem sido conceituada, definida e percebida historicamente pela maneira como ela representa-se. É de grande relevância, pensar como os sujeitos sociais se organizam e representam-se na contemporaneidade, frente ao fomento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, bem como do surgimento de uma cultura digital e de suas diversas interfaces.

A interface está para a cibercultura como espaço *online* de encontro e de comunicação entre duas ou mais faces. É mais do que um mediador de interação ou tradutor de sensibilidades entre as faces. Isso sim seria “ferramenta”, termo inadequado para exprimir o sentido de “ambiente”, de “espaço” no ciberespaço ou “paralelo de zeros e uns” (JOHSON, 2001, p.19).

Levando em consideração, o pensamento de Johson, notamos que as interfaces têm o poder de criar e despertar a socialização e interação através de atitudes comunicacionais, dialógicas ou polifônicas.

Desde o princípio da humanidade que os homens organizam-se em pequenos e grandes grupos, os quais estabelecem signos, criam tecnologias, formam vínculos afetivos, desenvolvem economia e constroem os mais diversificados tipos de comunicação, aprendizagem e produção de conhecimento. As estruturas destes grupos modificam e são modificadas de forma intrínseca com os instrumentos, técnicas e tecnologias criadas por eles. Pensemos, por exemplo, na cultura escrita sistematizada com o surgimento da oralidade e, posteriormente com o sistema escrito, e potencializada com a prensa de Gutenberg, estabelecendo transformações na maneira como os sujeitos comunicam-se, relacionam-se e autorizam-se enquanto sujeitos.

A este respeito, Gadotti (2005, p.16), afirma que,

As novas tecnologias criaram **novos espaços do conhecimento**. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem, de lá, acessar o **ciberespaço da formação e da aprendizagem a distância**, buscar “fora”- a informação disponível nas redes de computadores interligados – serviços que respondem às suas demandas de conhecimento.

As Tecnologias da Informação e Comunicação TIC também geram mudanças nas trocas comunicacionais e nas possibilidades de interação humana, constituindo o que Costa (2003) denomina *cultura digital* (SANTANA, 2006).

Com as revoluções e transformações causadas pelo advento tecnológico, seja ele digital ou não, estruturam novas formas de vir a ser, pensar e produzir. A Galáxia de Gutemberg, como define McLuhan (1996), por exemplo, modificou a forma como a informação e o conhecimento eram disseminados pela Europa e pelo mundo, promovendo variações estruturais e culturais na sociedade. Revolução similar nas relações sociais ocorreu em função do surgimento das mídias, especialmente aqui, as digitais. Estas (interfaces e elementos tecnológicos), inseridas na sociedade contemporânea, têm modificado a maneira como os indivíduos se comunicam, se relacionam e, inclusive, aprendem.

Na escola, um grupo de “novas palavras” circula entre os estudantes: *chats, e-mails, blogs, fotologs, homepages, sites, listas de discussão, e-fórums*, redes sociais,

etc. Estas palavras não só trazem “informações léxico-neológicas, abertas no campo da Internet” (Galli, 2004, p. 121), mas nos informa que as relações sociais desenvolvidas pelos novos indivíduos estão sendo mediadas por meio da internet e com ela designando as novas formas de socialização no meio digital, como também provocam alguma “perturbação” na ordem escolar. Assim, “Cabe à escola orientar sobre os valores que devem reger o uso pelos alunos de internet, *e-mails*, *blogs*, comunidades, (...), sobre as leis vigentes e sua aplicação também na vida virtual” (VALENTE, 2008, p. 13).

Notamos que é importante a utilização da Internet nas propostas pedagógicas, pois através do uso dessa ferramenta o professor estará potencializando uma abordagem tradicional/retrógrada para uma abordagem inovadora/progressista, na qual trará diversas implicações positivas para os alunos. Na tabela a seguir mostramos/confrontamos as duas abordagens/metodologias usadas no processo de ensino e aprendizagem: A “velha” e a “Nova”, bem como as implicações para o aluno mediante a mudança da postura do ensino.

Araújo (2008) traz apontamentos para se pensar sobre as vantagens do uso da internet no cotidiano escolar. Vejamos:

“JEITO VELHO”	“JEITO NOVO”	IMPLICAÇÕES PARA O ALUNO
Centrado no professor	Centrado no aluno	Aprendizes ativos
Absorção passiva	Participação ativa do aluno	Muita motivação
Trabalho individual	Trabalho Coletivo	Equipe constrói habilidades desenvolvidas coletivamente
Professor “sabe-tudo”	Professor Articulador	Aprendizagem adequada às mudanças no mundo
Ensino estático	Ensino Dinâmico	Material didático on-line substitui livros etc.
Aprendizado Predeterminado	Aprender a Aprender	Competências voltadas para a Era da Informação

QUADRO 1 – Métodos do processo de ensino-aprendizagem
 Fonte: ARAÚJO, Júlio César **Letramentos e Gêneros na Tela: Interação e Mediação Pedagógica na Web**. Trabalho apresentado ao Colóquio Nacional de Linguagem e discurso - CONLID, 2008

Vemos que com o uso da Internet em sala de aula torna-se mais prazeroso estudar, aprender e participar da aprendizagem promovida pelo professor. As

mudanças em salas de aulas têm surgido com mais frequência, atuais modos de ensinar e aprender são utilizados no contexto escolar. O recurso digital vai muito além do giz, das transparências e do livro didático e o professor que não utiliza destes meios é visto por seus alunos como um profissional ultrapassado. De acordo com Sancho (1998):

As novas tecnologias trazem novos horizontes à escola; assim alunos e professores podem estar mais próximos e o processo de ensino-aprendizagem pode ganhar um dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados. A aprendizagem se dá através da descoberta e o professor passa a ser um guia do aluno.

Em meio a essa perspectiva, pode-se traçar algumas possibilidades existentes para dinamizar o processo de ensino, como por exemplo, a inclusão das mídias digitais como ferramenta pedagógica na sala de aula, como um meio de relacionar o ensino às ações cotidianas dos alunos, visto que os jovens hoje cada vez mais estão conectados as diversas mídias como: TV, Videogame, tocador de música, computador, celular e outros. De acordo com a Turner Internacional do Brasil/ Cartoon Network, tais mídias “são usadas em escalas crescentes conforme a faixa etária”. A figura a seguir mostra a faixa etária dos jovens usuários, bem como a utilização.

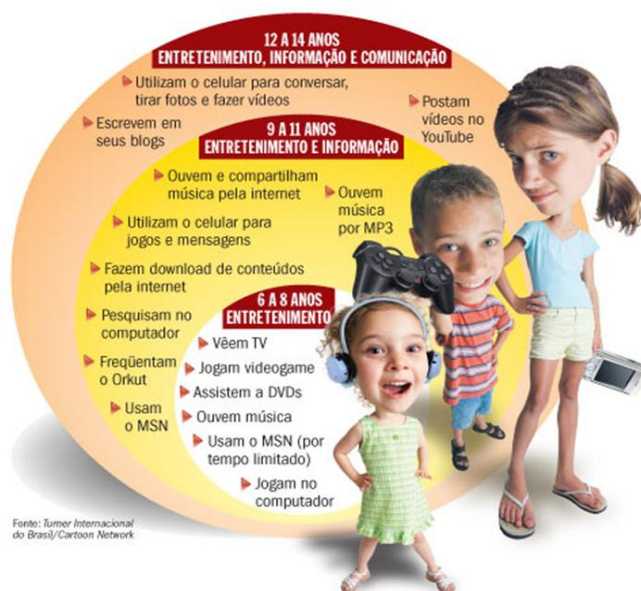


FIGURA 1 – Mídias digitais: utilização e faixa etária

Fonte: ARAÚJO, Júlio César **Letramentos e Gêneros na Tela: Interação e Mediação Pedagógica na Web**. Trabalho apresentado ao Colóquio Nacional de Linguagem e discurso - CONLID, 2008.

Esses dados retratam uma realidade atual, somos todos conscientes de que as mídias digitais, bem como o computador conectado a Internet estão à frente do processo de formação dos indivíduos das diversas faixas etárias, contribuindo com a diversidade da informação que essas novas formas de linguagem lhe permitem, preservam uma riqueza intelectual criativa capaz de promover um maior aproveitamento da linguagem como fenômeno social.

As tecnologias podem e estão colocando à disposição diversas opções, integrando-se às novas propostas de comunicação alternativas para a construção do conhecimento e favorecendo o trabalho em grupo e em colaboração. O aluno com o auxílio dessas novas tecnologias e do professor obtém êxito, o que antes era inalcançável em sala de aula, torna-se possível com o uso da internet e suas ferramentas.

É importante destacar que as novas tecnologias possuem uma função mediadora encontrada em quase todos os lugares que está interferindo na escola, onde elas não funcionam como substitutos de professores e nem amenizam a dedicação ao estudo, ao contrário, intensificam a forma de pensar para uma interatividade, originando novas possibilidades de se formar o conhecimento (ASSMANN, 2000).

Desta forma, os educadores necessitam utilizar essas novas tecnologias possibilitadas pelo uso do computador em suas aulas, pois estas viabilizaram um ensino mais atrativo/dinâmico e proporcionam uma interação entre o homem e a máquina.

Assim, os jovens aprendem não só com o que lhes é diretamente ensinado, mas desenvolvem padrões de participação nas práticas desenvolvidas em cada comunidade (...), o que inclui as práticas discursivas, o saber fazer e a utilização de diferentes recursos. Os conhecimentos encontram-se, por isso, associados ao contexto que lhes dão sentido. (MOITA, 2006, p.18)

Assumindo esta postura o educador passará a contribuir de forma satisfatória com a aprendizagem dos educandos, criando conseqüentemente novos ambientes de aprendizagem.

Os educadores que adotam uma visão construcionista da utilização das tecnologias digitais têm proposto a criação de ambientes de aprendizagem baseados em uma “mistura de mídias”, onde os alunos

combinam tecnologias mais sofisticadas e as tradicionais para o design e a criação de novos artefatos. (Abrahamson *apud* Valente, 2008, p. 14).

Não obstante, ainda existe nos ambientes educacionais um preconceito de que tais recursos alienam o processo educacional, de acordo com Assmann (2000), esse fato surge da insegurança dos professores de serem superados pela informatização, porém a função do professor na verdade, deve ser reconstruído passando de um simples transmissor para orientador/facilitador de um método dinâmico e interativo de pesquisa e aprendizagem.

1.1 Internet: breve comentário do surgimento à utilização

A Internet surgiu em 1969, quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, preocupado com a guerra fria, a corrida armamentista e a necessidade de compartilhar de forma segura informações sigilosas, criou uma rede eletrônica – A ARPANET. Pode-se dizer que a ARPANet foi a mãe da Internet. Desenvolvida pela agência estadunidense ARPA (Advanced Research and Projects Agency) em 1969, tinha o objetivo de conectar as bases militares e os departamentos de pesquisa do governo americano. Esta rede teve o seu berço dentro do Pentágono e foi batizada com o nome de ARPANet.

A ferramenta inicial da Internet foi o correio eletrônico associado à possibilidade de transferência de arquivos textos através de acesso remoto (FTP – *file transfer protocol*). Em seqüência, veio a *World Wide Web* (WWW) que reúne informações em forma de texto, imagens, vídeo e som, de forma isolada ou multimídia. A primeira versão da WWW foi colocada na Internet em 1991, mas foi com o lançamento do navegador (*browser*) *Mosaic*, em 1993, e o conceito de hipertexto que o crescimento da *Web* se intensificou. Crossman; Levy, *apud* Paiva, (2001, p. 93).

Contudo, a Internet ultrapassou os limites do universo, e entrou na vida cotidiana das pessoas. Basta que qualquer pessoa ligue o computador e o modem que estão disponíveis redes ao redor do mundo. Como previu Lévy *apud* Carvalho (2007, p. 26):

Dentro de algumas dezenas de anos, o ciberespaço, as comunidades virtuais, as suas reservas de imagens, as suas simulações interactivas, o seu irrimediável aumento de volume de textos e sinais, será o mediador por

excelência da inteligência colectiva da humanidade. Com este novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros de conhecimentos extraordinários, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos protagonistas na produção e tratamento dos conhecimentos. Toda a política de educação deverá tê-lo em consideração

Analisando o pensamento de Lévy, comprovamos que atualmente para muitas pessoas a Internet é um meio indispensável em quase todas as atividades do cotidiano e tem se tornado cada vez mais um forte aliado para a realização de tais atividades, pois no século em que vivemos, a Internet tem facilitado e muito a vida das pessoas em diversas áreas, não poderia ser diferente na área da educação. Sabemos que a tecnologia tem avançado a partir de cada novidade que se lança no mercado, sendo assim, o uso da internet tem se destacado também nas escolas, pois é um recurso didático inovador, interessante e interativo.

A interação educativa da WWW veio reforçar a emergência de um novo paradigma educacional. Tal paradigma terá necessariamente de centrar a aprendizagem no aluno, nos seus interesses, necessidades, ritmos e aptidões.

Com a WWW, o espaço de aprendizagem alarga-se e reforça-se, estando a partilha do conhecimento cada vez menos limitada ao espaço da escola. (GONÇALVES, 2001, p. 2)

A Internet é usada por diversas faixas etárias e para diversos fins, sejam crianças, adolescentes ou adultos hoje utilizam os recursos virtuais diariamente. O mundo da Internet é muito atrativo principalmente para as crianças/jovens, pois existem diversas formas de interação e de entretenimento, isso comprova que a nova geração vive cercada por diversas informações através da internet ou de outras mídias digitais.

2. Tecnologias digitais e a Língua Inglesa: possibilidades para o ensino

As TIC, tecnologias da informação e comunicação são utilizadas como ferramentas auxiliares nas aulas de língua Inglesa, recursos como: celulares, computadores, câmeras, internet estão sempre ao nosso redor, alunos de todas as idades interagem com internautas de todos os lugares usufruindo da facilidade oferecida pelos *hardwares* e *softwares* que distribuem as informações e possibilitam a comunicação entre as pessoas conectadas através da internet.

Moran (1997) esclarece que as TIC aumentam a motivação dos alunos, o interesse pela pesquisa e por participar em grupos. Há mais sensibilidade para o uso das novas tecnologias no ensino de inglês. A utilização das tecnologias que muitas vezes nasce fora do ambiente escolar pode ser trabalhada associada aos conteúdos, trazendo assim um processo crescente de habilidades e modalidades para a transmissão dos assuntos abordados na sala de aula de língua estrangeira, partindo da contribuição que a linguagem da Internet faz por ter a maior parte dos *sites* e *softwares* com palavras e expressões da língua inglesa. Galli (2005 p.124) ressalta que:

Uma prova de eficiência da Internet, em construir esse ideal de propagação de mensagens e opiniões, está na multiplicidade de temas que podem ser encontrados nela. Além dos *sites*, as listas de discussão, que agregam pessoas interessadas em um dado assunto também merecem consideração. É nesse ponto que a *Net* sobressai, pois integra e condensa nela todos os recursos e todas as formas de comunicação, como o jornal, por exemplo.

As atividades mediadas por esses recursos proporcionam a professores e alunos experiências que sem elas não poderiam ser realizadas, entre elas estão à conversa simultânea interpessoal em diferentes lugares do mundo, troca de informações, comunicação com falantes nativos ou não, elaboração e propagação de materiais confeccionados pelos próprios alunos, criação de páginas em que eles expõem seus materiais de texto, som e imagem. Melo (2005) afirma que as facilidades para lançar uma publicação na *Web* são, sem sombra de dúvida, infinitamente maiores do que na mídia tradicional. A vantagem da praticidade da publicação, do acesso aos diferentes gêneros contidos na internet motiva a todos os envolvidos no assunto a buscarem cada vez mais participar da elaboração e exposição do material.

Segundo Rodrigues (2008) para qualquer professor, a internet pode ser um recurso infinito de arquivo de texto, estímulos visuais, material de “listening”, vocabulário, informação, arquivos de vídeo, televisão e rádio ao vivo, jornais de todo mundo. Durante as aulas podem ser trabalhados os mais diversos tipos de recursos, que garantem a prática das habilidades necessárias para o ensino de língua inglesa. De acordo com as informações de Sokolik (2001, p.483)

Muitos pesquisadores têm argumentado que a CMC apresenta uma oportunidade para o uso autêntico da linguagem, tornando-se uma ferramenta excelente na sala de aula de língua. Há várias formas de CMC, que se apresentam na forma assíncrona ou síncrona.

As aulas ministradas com o auxílio das TIC podem ser trabalhadas com a comunicação em tempo real, ou com a comunicação que não se faz necessário que o receptor esteja on-line no momento do envio e recebimento do material, dessa forma não garantindo *feedback* imediato. De acordo com o gênero escolhido pelo professor o número de participantes no mesmo ambiente de interação é ilimitado.

PARTICIPANTES	TEMPO	
	Síncrono	Assíncrono
Bilateral	Chat	E-mail
Multilateral	Aula chat	Informações
	Videoconferência	Blogs

Fonte: quadro adaptado de MARCUSCHI (2005, p.32)

A aula *Chat* contém comunicação com retornos imediatos, estudantes da mesma faixa etária ou não transmitem informações em tempo real, a conversa é transmitida entre várias pessoas ou em ambiente reservado, simulando o diálogo face a face e permitindo uma conversa espontânea, com uso da linguagem escrita. Araújo (2005) esclarece que, no entanto, tais marcas, uma vez transmutadas para a *Web*, parecem gerar uma nova formatação ao diálogo cotidiano, o que nos levou a formular a hipótese segundo a qual o *chat* se trata de um gênero emergente. A aproximação do chat com o diálogo tradicional agrada e facilita a interação dos alunos, atraindo os mesmos cada vez mais para a prática deste gênero pela semelhança com o discurso diário. Segundo Marcuschi (2005, p.54):

Uma diferença básica do gênero chat educacional na relação com os bate-papos em salas abertas é o fato de os participantes se conhecerem ou serem identificados por seus nomes e a entrada ser limitada aos alunos, pois a sala-chat é uma autêntica sala de aula. Não é comum que nesse ambiente se usem nicknames ou máscaras para se esconder e ficar no anonimato. Por outro lado, estes encontros têm uma estrutura relativamente clara que determina relações interpessoais e conteúdos sancionados.

Os encontros para aula *chat* podem ser marcados com alunos de outras escolas, portanto que estes alunos tenham o mesmo grau escolar ou relativamente igual e compatibilidade com os conteúdos estudados, até mesmo com os estudantes da mesma turma a conversa pode ser programada, o professor pode agir como mediador da conversa na mesma sala de aula chat ou se preferir apenas monitorar o discurso para que eles possam trabalhar o conteúdo abordado, tirar dúvidas e exercer a comunicação escrita em língua estrangeira, a conversação pode ser realizada entre os próprios alunos.

A linguagem digital nos priva do uso de alguns gêneros, expressões corporais que são realizadas quando conversamos face a face. Entretanto, no *chat* são acrescentados os *emoticons* que ajudam a expressar através de som e imagens o que estamos interessados em demonstrar naquele determinado momento e que, de certa forma, caracteriza-se como uma forma de relação com o outro, muito comumente utilizada.

Castells (2003, p. 287) relata que,

A Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos.

O *E-mail* funciona como um correio eletrônico que recebe, envia e armazena mensagens, durante as aulas os alunos distribuem textos, sons ou imagens. Ao *e-mail* pode ser enviado arquivos que são chamados de anexos, o recebimento dos dados pode ser de forma on-line e se o destinatário não estiver conectado a internet receberá em outro momento, assim que se conectar e abrir a caixa de entrada de e-mail. Paiva (2005) ressalta que a grande inovação do correio eletrônico é a possibilidade de transmissão de vários tipos de dados: textos diversos (formato texto, *Power point*, tabelas, gráficos) imagem (desenhos, fotos), som (fala e música), e vídeo.

O correio eletrônico facilita o trabalho com grandes grupos de alunos, permite que eles enviem e recebam material de texto na sala de aula ou como atividade extraclasse, discussões sobre o assunto abordado, material de apoio para o ensino-

aprendizagem como também quebra limitações geográficas e de tempo que muitas vezes existe entre os alunos.

O Blog funciona como um diário pessoal em que os alunos expõem materiais de escrita sobre a rotina diária (data, hora, dia da semana). O *Blog* contribui com comentários, conversas, debates, exposições de materiais explicativos sobre aulas. Para Komesu (2005 p.111),

A facilidade para edição, atualização e manutenção dos textos em rede – foram -e são- os principais atributos para o sucesso e a difusão dessa chamada ferramenta de auto-expressão. A ferramenta permite, ainda, a convivência de múltiplas semioses, a exemplo de textos escritos, de imagens (fotos, desenhos, animações) e de som (músicas principalmente).

O professor pode criar o próprio Blog da turma ou da escola incentivando construção e atualização do mesmo por todos os alunos.

Com as anotações feitas pelos próprios alunos aos conteúdos expostos no blog o professor pode responder tirar dúvidas, sem falar na participação coletiva com as exposições de vídeo, músicas, imagem, textos diversos e acessos a *links* relacionados aos assuntos.

A utilização das videoconferências no ensino de língua Inglesa permite aos alunos uma maior interação oral. Polato (2009) ressalta que as novas tecnologias também vêm promovendo uma espécie de redescoberta da comunicação oral nas aulas permitindo que eles conversem, troquem experiência e tenham uma maior confiança na pronúncia das palavras e entonação das frases.

As tecnologias de informação e comunicação se constituem recursos propícios para o ensino de inglês, sem limites para que as pessoas possam interagir e se relacionarem a partir dos conhecimentos adquiridos e praticados na escola. Paiva (2001) diz que o estudante pode desenvolver as várias habilidades para o ensino de língua, de sua casa, ou do laboratório de sua escola não importa onde esteja, o importante é que tenha um terminal de computador conectado à Internet, pois terá um mar de recursos para o desenvolvimento delas.

Ensino Médio: análise situacional

Ao analisarmos o processo de desenvolvimento e mudanças ocorridas ao longo da educação em específico do Ensino Médio, notaremos que:

Nas décadas de 60 e 70 considerando o nível de desenvolvimento da industrialização na América Latina, a política educacional vigente priorizou, como finalidade para o Ensino Médio, a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias o de dirigir processos de produção. (BRASIL, 1999, p. 15)

Levando em consideração essa citação, verificamos que o papel do Ensino Médio nesta época era de formar/qualificar os indivíduos para o mercado de trabalho, em específico para o manuseio de máquinas diante do processo de produção efetivado pelo desenvolvimento da industrialização.

Todavia, para Brasil (1999) “tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações”. Partindo desse pressuposto averiguamos que a nova sugestão estabelecida assume uma postura diferenciada já que:

Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. (BRASIL, 1999, p. 16)

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, vem reafirmar a preocupação que as escolas devem ter diante do processo de ensino-aprendizagem.

Os educadores, por sua vez devem se apropriar de novas abordagens, métodos e ferramentas que possibilitem ao educando o desenvolvimento de suas habilidades/capacidades, buscando também parceria com os colegas de trabalho a fim de possibilitar um ensino dinâmico, interativo e interdisciplinar. Levando em consideração que cada aluno leva consigo os conhecimentos prévios e colaterais, além dos saberes distintos, cabe então ao educador criar possibilidades para que esses sejam aproveitados e partilhados em sala de aula e assim haja uma aprendizagem recíproca, já que diante do processo de ensino e aprendizagem tanto o educador quanto o educando aprendem. Com diz Pontes *apud* Kenski (2007, p. 104):

O professor, em suma, tem de ser um explorador capaz de perceber o que lhe pode interessar, e de aprender, por si ou em conjunto com os colegas

mais próximos, atirar partido das respectivas potencialidades. Tal como o aluno, o professor acaba por ter de estar sempre a aprender. Desse modo, aproxima-se dos alunos. Deixa de ser a autoridade incontestada do saber para passar a ser, muitas vezes, aquele que menos sabe (o que esta longe de construir uma modificação menor do seu papel profissional).

O currículo do ensino médio é estruturado considerando as condições e as necessidades dos alunos e principalmente diante das disponibilidades da instituição, sendo assim a escola busca em meio sua realidade favorecer a sua clientela um espaço de aprendizagem visando uma interação dos alunos com o mundo globalizado favorecendo o acesso e o conhecimento de novas tecnologias. Vejamos (BRASIL, 1999, p. 16):

Pensar um (...) currículo para o Ensino Médio coloca em presença dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais; e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunam com as exigências desta sociedade.

2.1 O educador e a utilização das tecnologias na sala de aula

Para que se possa acompanhar o avanço tecnológico na sala de aula os professores precisam estar atualizados aos novos desafios encontrados a cada dia e conhecê-los, pois, os alunos já têm conhecimento dos recursos fora da sala de aula, conhecimento este que cresce a cada dia com o espírito de pesquisa e investigação mesmo que de forma inconsciente trazido por eles para sala de aula.

A formação continuada e a pesquisa garantem ao professor uma maneira mais segura e eficiente em seu trabalho, uma forma adequada para o desenvolvimento das atividades com as turmas e as tecnologias de informação e comunicação, segurança na utilização das tecnologias é de fundamental importância para a eficácia das aulas planejadas com o auxílio dos recursos tecnológicos. Para Lira (2007, p.63)

A formação do professor é, portanto, uma ação contínua e progressiva, envolvendo várias instâncias e atribuindo uma valorização significativa para a prática pedagógica e uma experiência como componente constitutivo da formação. Nesse processo, não se deve criar uma dicotomia entre teoria e prática. A prática profissional da docência exige uma fundamentação teórica explícita, pois a teoria também é ação e deverá ser trabalhada e reformulada a partir da realidade do educando.

É variada a forma de recepção dessas tecnologias pelos professores, alguns a recebem com forte entusiasmo outros não têm interesse algum, rotulam como modismo e não procuram conhecê-las. Muitos professores se recusam a trabalhá-las e sentem-se ameaçados por elas. Segundo Polato (2009, p.51)

Cada vez mais, parece impossível imaginar a vida sem essas letrinhas. Entre os professores, a disseminação de computadores, internet, celulares, câmeras digitais, e-mails, mensagens instantâneas, banda larga e uma infinidade de engenhocas da modernidade provoca reações variadas.

O professor que se recusa a atualizar-se, a se manter informado e ter um processo crescente de seus conhecimentos torna se excluído em sua área e, com o advento das tecnologias de informação e comunicação principalmente, ele acaba criando um abismo tecnológico entre ele e seus alunos. Kenski (2007) afirma que educação e tecnologia são indissociáveis. Portanto, a medida que este profissional se distancia e cria o conceito de que não precisa manter se devidamente informado das grandes transformações que a educação vem passando acaba por deixar a margem do conhecimento sua prática na sala de aula.

A utilização das TIC na sala de aula exige do professor habilidade e conhecimento necessário para sua utilização, não basta conhecer superficialmente e tentar usá-las. As TIC exigem que o professor seja alfabetizado tecnologicamente, e a utilização das ferramentas digitais precisam estar associadas ao conteúdo escolar, ou seja, nunca devem ser utilizadas para preencher lacunas das aulas mal planejadas. Dominar e saber aproveitar todo auxílio que elas oferecem é a garantia de um bom desempenho tanto do conteúdo exposto como da participação dos alunos. Vieira (2004) afirma que por mais interessante ou atraente que seja para o aluno, não será o computador ou qualquer outro instrumento tecnológico que necessariamente garantirá a sua aprendizagem. As novas tecnologias digitais não oferecem aos seus usuários um novo mundo, sem problemas. De acordo com Ponte (2002 p.3),

Os novos professores devem adquirir a capacidade de usar as TICs para a realização do seu trabalho pessoal e para a sua prática profissional, tanto na escola, como na relação com a comunidade e em espaços associativos. Para isso será necessário que desenvolvam uma compreensão das operações e conceitos básicos das TICs e adquiram à vontade no seu uso, e sejam capazes de as integrar na realização das mais diversas atividades.

É necessário que os professores trabalhem de modo consciente, convictos que as TIC por elas mesmas não são capazes de resolver os problemas encontrados na sala de aula, elas são capazes de dinamizar a aula juntamente com o professor devidamente capacitado e que terá que conhecê-la para fazer um bom uso na sala de aula, dando ao aluno uma forma mais prática e eficaz para a realização de suas atividades envolvendo os mesmo em seus trabalhos e proporcionando uma maior interação entre aluno-professor e aluno-aluno.

2.2 Formação de professores na utilização das tecnologias

O governo federal tem oferecido incentivos a professores para dar continuidade a formação na área de informática na educação visando aprimorar, fomentar o uso, aprofundar os conhecimentos e habilidades para a utilização dos recursos digitais no processo didático-pedagógico nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Em dezembro de 1995 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED) com programas que oferecem a formação continuada de professores para o uso adequado das tecnologias educacionais e entre os programas desenvolvidos está o Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação) esses cursos são promovidos juntamente com as Secretarias Estaduais e algumas Municipais de Educação. BARRETO (2002, p.96) esclarece que:

O Brasil dispõe hoje de condições excelentes para oferecer educação a distância com bastante competência, capaz aprimorar o ensino ministrado em sala de aula e de fazê-lo chegar a mais brasileiros, nas regiões mais remotas do país [...] juntamente com a TV Escola e o Proinfo, nosso programa de informática aplicado à educação, o Proformação traduz a intenção do Ministério de valorizar os docentes e de incentivar a educação a distância e o uso das tecnologias como parte de um conjunto de estratégias para promover qualidade e equidade educacional.

São oferecidos cursos para formação continuada com objetivo de capacitar profissionais na área de educação para trabalhar com a informática educativa oferecendo orientação de como participar e construir diversos materiais para o trabalho na sala de aula, a Internet pode ajudar o professor a preparar melhor a sua aula, a ampliar as formas de lecionar, a modificar o processo de avaliação e de comunicação com o aluno e com os seus colegas. Paiva (2001) esclarece que os

benefícios da internet são inúmeros e o professor pode fazer uso deste enorme banco de dados para criar ambientes de aprendizagem. Muitos sites podem ser encontrados com cursos inteiramente online.

3. Construindo uma sociedade inclusiva

Movidos pelo mundo tecnológico, ainda precisamos muito avançar, não apenas pelo fato de vivermos numa sociedade em que tudo depende dos recursos tecnológicos, onde as crianças e os jovens já são nativos digitais, mas também porque há pessoas que querem e precisam ingressar no mundo digital. Sendo assim, devemos pensar numa maneira de inserir aqueles com algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva ou outra. Pois essas pessoas também sentem a necessidade de comunicar-se com o outro, de expressar suas ideias e seus sentimentos, e, até mais do que aqueles que não têm nenhuma deficiência.

Neste contexto, também aproveitamos para discutir a questão da ausência do domínio de línguas estrangeiras, sobretudo da Língua Inglesa como algo excludente neste meio, onde deveria ser um meio inclusivo, ou seja, no qual as pessoas possam participar e colaborar com suas experiências. Outro aspecto de grande relevância é a formação dos profissionais da área de educação, principalmente se tratando da sociedade inclusiva, onde esses profissionais deveriam ser preparados, capacitados/treinados para atuarem nos âmbitos escolares, não necessitando apenas dos intérpretes de Libras, até porque, esta não é uma realidade em todas as escolas, ainda mais quando nos referimos às escolas da rede pública.

Sabemos que, o gosto pela aprendizagem, pelo conhecimento/saber também ocorre através das influências, sejam elas por meio dos familiares, amigos ou pessoas que vemos e admiramos em nosso cotidiano, e isso, é um aspecto muito positivo. Bruner (2001), explica que todas as pessoas nascem predispostas à aprendizagem, que se inicia logo nos primeiros anos de vida, com o auxílio de familiares e amigos, muito embora aqueles desconheçam ou não verbalizam seus princípios pedagógicos. A esses indivíduos o autor atribui a constituição da pedagogia popular, formada por teorias leigas que ao longo do tempo vão sendo internalizadas pelo ser humano. Para o educador, no entanto, há que se ponderar as principais

teorias científicas de ensino e aprendizagem, além das teorias populares que os alunos já trazem consigo.

Há muito tempo, que vem se abordando que todos devem ser vistos e considerados como iguais, sendo que na realidade é bem diferente, os direitos não são respeitados. Inclusão não deve ficar só na teoria, mas sim ser colocada em prática: resultante de práticas inclusivas. Nesse processo, mais do que um termo “politicamente correto” (como antes foram os termos: integração, normalização...), temos que nos referir ao processo de construção de uma sociedade inclusiva, na qual as diferenças das pessoas sejam reconhecidas como algo valorizado e natural. Práticas inclusivas significam abrir oportunidades iguais, trabalhar coletivamente em um espaço que seja comum e compartilhado. Mas a questão que fica é saber se realmente essas práticas inclusivas estarão em evidência para as nossas vidas.

Desta forma, é necessário o empenho para que sejamos capazes de nos reconhecermos, um na pele do outro e, conscientes de que somos todos iguais, que não se deve existir nenhum tipo de preconceito e de nos sentirmos felizes ao vermos as conquistas daqueles que julgávamos “diferentes”. Por práticas inclusivas, temos de reverter tal imagem da vantagem que tem uns sobre outros. Não é nem mesmo o fato de sair ganhando que é tão importante e, sim, de se estar envolvido na construção de algo que seja coletivo que é bom para todos. A prática inclusiva é o processo de valorizar um indivíduo para que a riqueza seja através da diversidade juntamente com o grupo.

Ao pensarmos na diferença que nos separa como pessoas, estamos simplesmente rotulando tais diferenças. Rotular significa identificarmos quem é e quem não é, de modo que alguma pessoa possa ser contemplada com alguma vantagem ou até mesmo ser superior que outra. As práticas inclusivas não existem onde os rótulos se fazem presentes. Não podemos falar de uma determina inclusão, pessoas com deficiência ou idosos, porque a partir do momento em que fizermos isso, já estaremos segregando. Segregar significa caracterizar, definir, separar. Temos de falar de inclusão como sendo um processo de todos para todos.

As pessoas com algum tipo de deficiência, geralmente necessitam de uma Tecnologia Assistiva, que são equipamentos, dispositivos ou sistemas para realizar suas tarefas cotidianas de alimentação, higiene pessoal, deslocamento ou lazer, dependendo da deficiência que essa pessoa tenha. No Brasil, como em qualquer outro país, não há recursos suficientes para prover todos os pacientes com as últimas

inovações tecnológicas, em geral muito caras, realiza-se uma priorização das necessidades tratadas como essenciais. Infelizmente, é uma triste realidade com que uma boa parte dos que possuem determinada deficiência, pois nem todos têm condições de custear tais equipamentos para o seu auxílio, tornando-se isso algo constrangedor e inacessível a estas pessoas.

Outra abordagem bastante significativa é a relação da formação de professores com o ensino e com o ensino inclusivo, pois vemos claramente a interligação que deve haver entre estes pontos que foram abordados. E esta formação de professor deve estar totalmente ligada à qualidade do ensino, e por este motivo, tem sido estimulado o desenvolvimento e sua capacidade de refletir sobre a sua prática, considerando o contexto social em que se insere. A contribuição para uma adequada formação docente é o que vem sendo muito destacada, comentada, mas pouco realizada, sendo isso que compreende o processo reflexivo como o pilar que sustenta a atuação do educador em sala de aula, na tentativa de melhor abranger o processo reflexivo-crítico que devem permear a sua prática.

Diante deste contexto de formação de professores, deve ser levado em consideração o seu papel como educador/mediador, o seu ambiente de trabalho, os recursos disponíveis a este profissional, o objetivo que o mesmo pretende atingir e principalmente, o apoio dos superiores da escola que é primordial para que se possa realizar um trabalho com mais eficácia e comprometimento. Sendo que, a inclusão, apesar de todo esforço que se tem feito durante esse tempo, ainda tem muita dificuldade de romper a ideia de que a escola, como ambiente desafiador, necessita urgentemente de entender das diferenças, porque são as diferenças que estabelecem os desafios, e assim, rompem o restritivo e trabalha com as crianças, jovens e adultos de forma grupal e homogênea.

Há uma grande discussão sobre a formação dos professores, e quando se menciona a questão dos mesmos trabalharem com os alunos deficientes, a polêmica é ainda mais questionada por eles mesmos, pelo fato de não estarem preparados, por não terem uma capacitação, nem mesmo um curso básico com as informações principais e necessárias para quem trabalha com um grupo misto. Porque quando se trabalha só apenas com as pessoas que tem alguma deficiência, de certa forma, torna-se até mais fácil de trabalhar com elas, mas quando se há esta mesclagem, o profissional fica com várias interrogações na cabeça, como por exemplo: Que tipo de deficiência tem aquele aluno? Como devo/posso trabalhar com ele? Posso inseri-los

na turma regular ou será melhor deixá-los numa mesma turma? Eles podem participar desta atividade? dentre outros questionamentos. O certo seria um curso/uma capacitação, onde pudessem tirar as suas maiores dúvidas e realizarem um trabalho com mais segurança e responsabilidade.

Sabemos que o professor não saberá tudo sobre deficiências, mas estará inteirado sobre determinados assuntos, de como se trabalha com essas pessoas tão inteligentes, capazes, carinhosas e esforçadas, que haverá as trocas de experiências, ou seja, eles aprenderão com você e você com eles, terá uma grande interação entre toda a equipe escolar, e isso é de fundamental importância: a união e harmonia entre todos. Já foi um grande passo a ser dado, entender que a educação é um direito de todos, que é um direito do aluno e que não podemos excluí-lo por nenhuma deficiência.

Relacionados a tudo o que foi abordado, vêm duas questões por parte dos professores que não estão abertos às mudanças e às necessidades dos alunos deficientes ou que tem algum receio de como será o seu trabalho com o aluno que possui uma deficiência. Há aqueles que dizem: “Ah, eu não estou preparado para ter um aluno assim, porque nunca trabalhei com este público”. E há aquele que tem certo conhecimento, mesmo sendo o básico, mas que diz: “Eu não estou preparado para um ensino especializado”. E vem a principal pergunta: Por quê? Porque na realidade, este profissional nunca foi preparado para nada. Ele é um professor comum que fica ensinando uma determinada disciplina para uma criança que tem alguma dificuldade – quando não é um professor que está auxiliando-o. Para isso, tem a famosa sala do reforço, atualmente entendida como aquele lugar em que vão os alunos que têm dificuldades de aprendizagem, juntos com os que têm deficiência.

Geralmente, os próprios professores se sentem confusos em relação à sua função, pois não sabem distinguir a educação inclusiva do ensino especializado e de um reforço escolar. Para esclarecermos mais sobre o direito das pessoas com deficiência auditiva, vemos que:

De acordo com o Artigo 8, Capítulo 2 da Lei Federal nº. 10.436, que trata da difusão da Libras na educação, determina que as instituições de ensino da educação básica e superior, públicas e privadas, deverão garantir às pessoas surdas acessibilidade à comunicação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação. § 1º Para garantir a acessibilidade prevista, as instituições de ensino

deverão:– capacitar os professores para o ensino e uso da Libras e para o ensino da Língua Portuguesa para surdos;– prover as escolas com o profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa, como requisito de acessibilidade à comunicação e à educação de alunos surdos em todas as atividades didático-pedagógicas;– viabilizar o atendimento educacional especializado para alunos surdos.

Sendo assim, podemos ver claramente que as pessoas têm os seus direitos e muitas das vezes não sabem como agir numa determinada situação para fazer valer os mesmos, e que por lei, os educadores devem ser orientados para a formação inicial e continuada de professores e para a formação de intérpretes para a tradução e interpretação da LIBRAS e da língua portuguesa.

Ultimamente, as mudanças educacionais vêm ocorrendo de forma cada vez mais rápida - “mudanças nos parâmetros curriculares nacionais, mudanças nas leis de acessibilidade, mudanças na universalização do acesso à escola, mudanças na obrigatoriedade de ensino, mudanças na passagem entre um tipo de escola excludente para inclusiva” (SKLIAR, 2006, p.16).

Através de tais mudanças, nos questionamos se estas são realmente importantes para o intelecto e cognitivo dos indivíduos. Mediante esse contexto de transformações, Mantoan (2006b, p.28) declara que “Ensinar é marcar um encontro com o outro e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro”. E é essa mudança de atitude que faz com que o outro conquiste o seu espaço como um cidadão crítico e autônomo.

Baseando-se nos estudos de Mantoan (2006a, 2006b, 2006c), afirmamos que a educação dos alunos que necessitam de uma educação especializada/específica que vem passando por transformações desde o início da sua implantação possuindo três possibilidades de encaminhamentos escolares:

- a) os dirigidos unicamente ao ensino especial;
- b) os que implicam uma inserção parcial, ou melhor, a integração de alunos em salas de aula de escolas comuns, mas na condição de estarem preparados e aptos a frequentá-las;
- c) os que determinam a inclusão total e incondicional de todos os alunos com deficiência no ensino regular, provocando a transformação das escolas para atender às suas diferenças e às dos demais colegas, sem deficiência. (MANTOAN, 2006b, p. 14)

Notamos que os alunos de escolas especiais, na maioria das vezes são excluídos socialmente da sociedade, pois o seu convívio encontra-se limitado. Segundo Beyer (2005, p.15), “as escolas especiais foram e são nada mais nada menos do que soluções complementares, as quais oferecem, de forma alternativa, auxílio pedagógico não existente nas escolas regulares”, sendo assim, os alunos especiais são recebidos nestas escolas como uma medida transitória para o processo educacional desses alunos.

A Educação Inclusiva é vista como um direito que todo cidadão que tem algum tipo de deficiência, seja respeitado e inserido na sociedade em que vive. E assim, a criança portadora de deficiência precisa de um ambiente escolar que dê suporte a ela, que influencie verdadeiramente, de forma positiva em sua aprendizagem. Para isso, deve haver mudanças na escola, começando pela parte pedagógica e a infraestrutura da mesma.

Mittler (2003) corrobora dizendo que: “a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais”. Diante desta perspectiva, a escola precisa estar apta para a diversidade cultural e social e proporcionar oportunidades a todos os brasileiros, sem preconceito de cor, raça e deficiência.

Mencionamos muito a palavra mudança, mas sabemos que muita das vezes essa palavra só é vista na teoria, sendo que na prática precisa e muito ser utilizada, pois temos a plena consciência que a mudança começa a partir da capacitação para os professores, para que a escola possa receber todos os alunos, com ou sem deficiência. Pressupomos que isso não é uma tarefa fácil, mas que também não é impossível de tornar-se realidade.

Segundo Mantoan (2006b), falta de preparo das escolas e dos professores para o trabalho com a diversidade. Destaca a importância do apoio pedagógico dado aos educadores, a fim de que os problemas que venham a surgir sejam amenizados. Porém, a autora enfatiza que somente o apoio pedagógico não será suficiente para uma mudança expressiva na prática pedagógica do professor. É necessário que ele tenha um comprometimento maior com o processo de inclusão escolar. Assim, os educadores poderão adotar posturas diferenciadas e procurarão refletir sobre suas práticas pedagógicas, promovendo discussões e questionamentos.

Mantoan (2006c), afirma ainda que “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”. Dessa maneira, é necessário que o professor assuma “um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda”. Desta forma, o professor promoverá transformações na prática pedagógica, pois ele poderá desenvolver atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos alunos de uma forma geral.

Outro ponto relevante apontado por Mantoan (2006a, 2006b) é atribuído à adaptação do currículo de acordo com as necessidades dos alunos. Pois a autora demonstra indispensável à escola conhecer os seus alunos, e em cima disso, fazer um planejamento adequado, com o objetivo de elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere. Para que isso ocorra, é importante que os docentes de todas as disciplinas estejam envolvidos a fim de desenvolverem atividades acadêmicas relacionadas com as experiências vividas dos alunos.

O conceito de Educação Especial, que é anterior à Educação Inclusiva, ainda é discutido. O Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001, homologado pelo Ministro da Educação, em 15 de agosto de 2001, concebe a educação especial como:

O conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais, devendo vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas a um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, dela necessitem para o seu sucesso escolar (MEC-SEESP, 2004, p.338).

Contraditoriamente, o artigo 3º, da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do próprio CNE a define como uma modalidade da educação escolar, o que pode colocá-la junto às outras modalidades, tais como a educação básica, profissional e superior e não ser entendida como “o conjunto de conhecimentos” que, segundo o Parecer nº

17/2001, deveria permear cada uma delas. Este entendimento pode ser constatado na própria disposição da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Esta lei, no Título V sobre os Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, estabelece no capítulo I a Composição dos Níveis Escolares, no capítulo II a Educação Básica, no capítulo III a Profissional, no capítulo IV a Superior e no capítulo V dispõe sobre Educação Especial (Conhecendo Nossos Direitos e Deveres, vol. III, 2000).

Tem se falado muito numa educação comprometida, em profissionais da área da educação comprometidos, mas para que tenha comprometimento, deve haver apoio, flexibilidade e compreensão por parte destes que trabalham em prol de uma educação inclusiva, e para isso, os superiores precisam entender que terão que dispor de um tempo maior para que se obtenha algum resultado eficiente.

De acordo com Sasaki (1995), os professores comprometidos com a educação inclusiva assumem certas atitudes, tais como:

- Respeita[r] o potencial de cada aluno e aceita[r] todos os estudantes igualmente;
- Adota[r] uma abordagem que propicie ajuda na solução de problemas e dificuldades;
- Acredita[r] que todos os educandos conseguem desenvolver habilidades básicas;
- Estimula[r] os educandos a direcionarem seu aprendizado de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar mais plenamente na sociedade, a usar mais o seu poder pessoal e a desafiar a sociedade para a mudança;
- [ser] flexível nos métodos de avaliação pois sabe que os testes, provas e exames provocam medo e ansiedade nos alunos;
- [ser] um bom ouvinte para que os alunos possam falar sobre a realidade da vida que levam;
- Adota[r] a abordagem centrada-no-aluno e ajuda[r] os estudantes a desenvolverem habilidades para o uso do poder pessoal no processo de mudança da sociedade.

Adotando as possíveis atitudes pedagógicas, o professor assume seu papel de mediador de conhecimentos e aperfeiçoa sua interação com os alunos, pois aprende a respeitar as limitações de cada educando, tendo ou não necessidades específicas. Nesse sentido, tanto o docente quanto os discentes adquirem conhecimento por meio

das trocas de experiências que todo aluno é capaz de desenvolver suas habilidades básicas com o propósito de alcançar sua autonomia.

De acordo com Cavalcanti (1999), os cursos de formação de professores, em especial os de Letras, não preparam os professores para enfrentar um complexo contexto sociolinguístico, mas continuam formando profissionais para trabalharem em uma comunidade homogênea.

Partindo para uma abordagem em relação aos alunos surdos, vemos que os mesmos encontram-se inseridos em classes regulares e sem adaptações necessárias para uma aprendizagem significativa. Assim, notamos que um grande número de surdos termina o Ensino Fundamental e o Ensino Médio sem ser capaz de ler e escrever fluentemente ou de ter domínio sobre os conteúdos pertinentes a estes níveis (SILVA, 2008).

Atualmente, estes questionamentos têm sido levantados por alguns pesquisadores, tais como: Pereira, 2008; Quadros, 2008; Santos, 2008; Silva, 2008, relacionado ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no nosso país. No entanto, encontram-se limitados ao ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, o qual deveria ser também mais amplo e discutido, para que as pessoas com deficiências pudessem ter mais acesso à uma segunda língua.

4. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa para este trabalho seguiu os pressupostos da pesquisa descritiva, visando pesquisar as questões que envolveram a importância da tecnologia e da Educação Inclusiva na formação dos professores de Língua Inglesa.

A referida pesquisa se deu a partir de observações de algumas aulas em escolas públicas e entrevista com professores de língua inglesa por meio da aplicação de questionários e entrevista informal com os gestores das escolas, a partir das quais, coletou-se os dados necessários para a realização da mesma. No total, a pesquisa foi realizada em duas escolas¹, com um total de 5 professores.

A pesquisa de natureza qualitativa permite uma leitura interpretativista, a partir da qual os dados coletados servirão de análise e reflexão. De acordo com Bortoni-Ricardo (2008), “é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula, que é o contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 42).

Bortoni-Ricardo (2008, p.57), ainda, acrescenta que,

A coleta de dados não deve ser apenas um processo intuitivo que consistiria simplesmente em fazer observações em determinado ambiente e tomar notas. Ela deve ser um processo deliberado, no qual o pesquisador tem de estar consciente das molduras de interpretação daqueles a quem observa e de suas próprias molduras de interpretação, que são culturalmente incorporadas e que ele traz consigo para o local da pesquisa.

No primeiro momento da pesquisa, foi feita uma visita à escola para o primeiro contato com a direção, para que pudessemos expor os objetivos do nosso trabalho. Após esse primeiro contato, frequentamos algumas aulas, para entender como se dava o processo de uso das novas tecnologias como uma ferramenta de auxílio para a educação inclusiva.

A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2008, p.57) advoga que:

Todo trabalho de campo para a coleta de registros que vão se constituir nos dados da pesquisa tem de começar com as negociações que permitirão a entrada do pesquisador no campo. [...]

¹ Por motivo de ética, não serão revelados os nomes das instituições, sendo apenas identificadas como *Escola A* e *Escola B*.

A principal delas é a negociação com as pessoas que lhe darão acesso ao local da pesquisa. No caso da pesquisa em sala de aula, isso implica selecionar uma escola onde ela será realizada e procurar o diretor e os professores das disciplinas em questão.

Em seguida, foi aplicado um questionário (Apêndice 01) com os professores, com a finalidade de verificar até que ponto eles têm integrado as novas tecnologias às suas aulas de Língua Inglesa e a favor da educação inclusiva. Após a aplicação do questionário, foi realizada a leitura dos dados, que nos forneceu algumas informações, as quais serão apresentadas a seguir na análise dos resultados.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 O que os dados mostram

No período de observação, foi possível constatar que, na maioria das vezes, os docentes não fazem o uso de novas tecnologias em suas aulas para o ensino de Língua Inglesa. O fator preocupante é que estes docentes não utilizam com frequência estas ferramentas tecnológicas e menos ainda voltadas para a educação inclusiva.

Iniciaremos a apresentação pelas colocações dos professores da escola A, sendo, no total, três professores de Língua Inglesa entrevistados nesta escola.

Os motivos apontados pelos mesmos na escola A, foi a ausência de alunos portadores de necessidades especiais, pois as três professoras da escola A que participaram da pesquisa disseram não ter alunos especiais em suas salas de aula, o que, para as mesmas, facilita seus trabalhos.

Outro fator apontado pelas docentes foi em relação aos recursos tecnológicos na escola, do laboratório de informática. As educadoras relataram que possui recursos como computadores e data show, por exemplo, sendo que não são utilizados por falta de espaço, por inadequação da instalação elétrica da instituição e das salas de aula para utilizar estes recursos, o que as mesmas, por este motivo, ficam sem utilizar tais recursos.

As docentes afirmaram que percebem que a atual gestora da escola até se interessa em ajudar os professores, de alguma forma, em trabalhar com recursos tecnológicos, mas, infelizmente, não dispõe de nenhum auxílio financeiro para sanar as dificuldades enfrentadas citadas acima, o que as impossibilita de trabalharem com tais recursos.

Finalmente, duas das professoras, colocaram, também, outro fator que as preocupa que é justamente a não preparação para trabalhar com educação inclusiva, uma vez que as mesmas já se formaram há algum tempo e não têm preparação para trabalhar com alunos que possuem alguma deficiência. Ambas se dizem quase em fim de carreira, mas se, neste tempo, tiverem que trabalhar de alguma forma, com os referidos alunos, se sentirão com muitas dificuldades para lidar com tal situação.

Já em relação aos professores da *Escola B*, foram entrevistados dois de Língua Inglesa, no total.

Os mesmos disseram que há recursos tecnológicos como notebook e data show na escola, mas que não dispõem de muito tempo para preparar as aulas como gostariam, com frequência, sendo aulas com tais recursos. No entanto, sempre que possível, prepararam aulas com PowerPoint, passam alguns filmes, e fazem atividades onde possam abarcar todos os alunos na realização das mesmas.

Segundo as professoras da escola B, as mesmas trabalham com alunos especiais e sentem um pouco de dificuldade em trabalhar com estes alunos, uma vez que não dispõem de intérprete (Libras), o que torna mais difícil pra eles trabalhar Língua Inglesa com alunos especiais, com a intervenção da tecnologia.

No entanto, os mesmos afirmaram levar em consideração a presença de alunos especiais em suas salas de aula durante a elaboração de seus planos de aula, com o intuito de facilitar a aprendizagem destes alunos.

Um, desses professores da escola B, afirmou já ter feito um curso² de curta temporada, voltado para o uso de Libras em sala de aula e que o ajuda bastante na hora de ministrar suas aulas. De acordo com o referido professor, faz com que o mesmo consiga passar algumas das habilidades da língua inglesa para os educandos portadores de necessidades especiais. O professor ainda afirma que, com o passar do tempo, o mesmo adquire mais experiência em como trabalhar com alunos especiais.

Outro ponto, abordado pelos professores da escola B, foi um recente encontro/capacitação na escola, realizado no início do ano letivo, onde uma das pautas discutidas foi à educação inclusiva. Nesta capacitação, foram discutidas algumas implementações para a escola, tais como a contratação para intérpretes, os desafios da educação inclusiva, entre outros. Todavia, sentiu falta de algo mais específico para o ensino de línguas.

Ambos os professores afirmaram que, apesar da dificuldade em trabalhar com alunos especiais, se sentem muito felizes em realizar este trabalho que, para eles, é gratificante e prazeroso. Além disso, os docentes afirmaram que, na grande maioria das vezes, os alunos especiais acabam mostrando um desempenho

³ Curso de Libras, oferecido pela FUNAD – Fundação de Apoio ao Deficiente, no município de Solânea com o apoio do governo municipal e estadual.

melhor que os outros e respondem melhor as atividades, o que os deixam bem otimistas em relação a suas aprendizagens.

Por fim, eles concluíram compartilhando que não conseguem fazer tudo, mas que fazem o possível para tornar o processo ensino e aprendizado para esses alunos mais eficaz, só que nem sempre com a ajuda das tecnologias.

5.2 Análise dos resultados

De forma geral, os dados mostram que a maioria dos professores não fazem o uso de novas tecnologias, cerca de 60% deles, como mostra a figura 2:

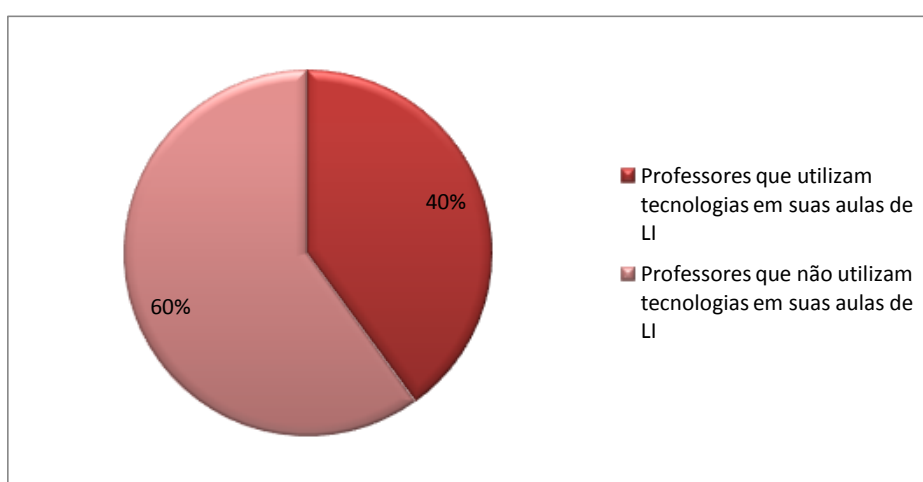


Figura 2 – Professores que utilizam tecnologias nas aulas de Língua Inglesa voltadas para a educação inclusiva

Podemos constatar que a maioria dos professores não utiliza das tecnologias em suas aulas de Língua Inglesa, através de alguns recursos, tais como: computador, DVD, cd, som, data-show, entre outros.

Outro ponto muito importante, refere-se à educação inclusiva. O gráfico 02 demonstra que poucos professores trabalham com alunos que possuem algum tipo de deficiência e os que trabalham, sentem a necessidade de uma capacitação para que possam realizar o seu trabalho de forma mais eficiente. Conforme mostra a figura 2.

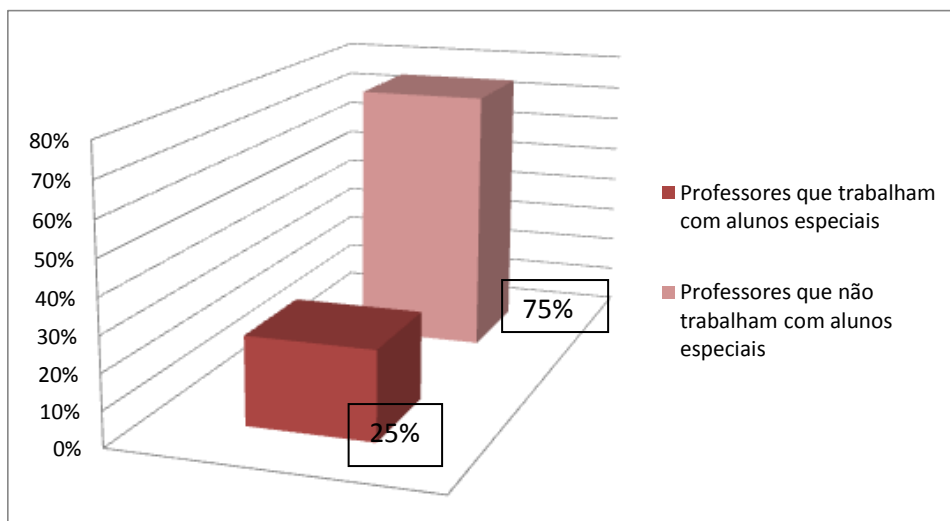


Figura 3 – Professores que trabalham com alunos que têm deficiência

Nas duas escolas em que foi analisada a questão do laboratório de informática e de acordo com os dados coletados, podemos relatar que na escola A não há laboratório, por causa da infraestrutura e na escola B tem o laboratório e professor de informática capacitado. Na referida escola, o professor de Língua Inglesa inclui os alunos que possuem algum tipo de deficiência. Como mostra a figura 3 abaixo:

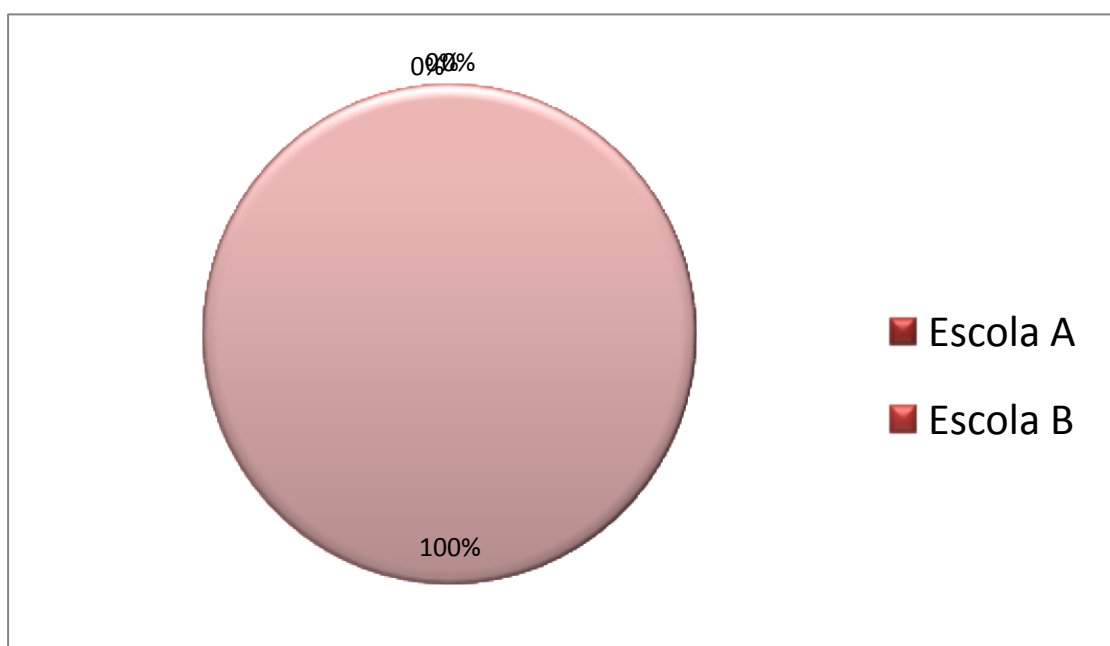


Figura 4 – Escolas com laboratórios de informática

Outra dificuldade existente é em relação à formação de professores de Língua Inglesa, pois os entrevistados relataram que sentem a necessidade de uma capacitação, para que os mesmos possam realizar os seus trabalhos de forma eficiente. Os professores acreditam que as escolas ainda estão se adaptando com os alunos portadores de alguma deficiência, e que tal adaptação está acontecendo de forma lenta e gradativa. Conforme a figura 4 a seguir:

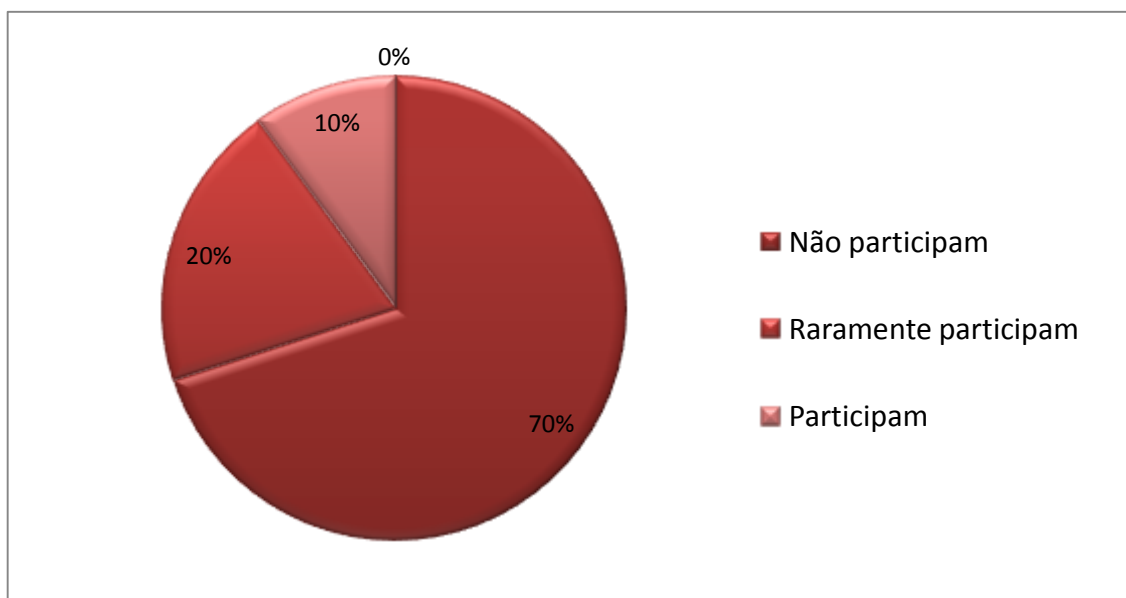


Figura 5 – Participação de professores de Língua Inglesa em capacitações

Na figura 4 os dados revelam que há uma grande dificuldade enfrentada na escola A, pois alunos e professores não dispõem de um laboratório de informática e na escola B, além de possuir um laboratório, há profissionais capacitados para realizar melhor o seu papel.

Percebemos na figura 5, que a formação continuada dos professores de Língua Inglesa é quase que inexistente, pois são poucos os eventos voltados para estes docentes e voltada para as necessidades de educação especial. Quando há alguma capacitação, não é oferecida pela escola e os professores que buscam se atualizar, precisam se deslocar de suas cidades, não tendo disponibilidade pelo fato de trabalharem mais de um expediente, e algumas das vezes as escolas não dispensam esses profissionais, deixando-os sem assistência/apoio para desempenharem melhor as suas atividades em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos, no decorrer deste estudo, algumas limitações. Sendo a primeira referente ao número limitado de pesquisas nesta área para pessoas com algum tipo de deficiência. Inicialmente, começamos as leituras teóricas sobre as tecnologias, educação inclusiva e sobre a formação de professores de Língua Inglesa.

Conforme apresentamos anteriormente neste estudo, buscamos descrever e analisar a formação de professores de Língua Inglesa.

O processo de formação de professores diante da proposta inclusiva é muito discutido por vários pesquisadores, visto que muitos profissionais da educação têm apresentado resistências às mudanças pedagógicas na estrutura educacional.

Nesse sentido, fizemos uma análise com um olhar sobre o papel do professor diante da sua ausência/carência de uma formação inicial e continuada sobre a LI e a educação inclusiva. Esse fato não pode ser um impedimento para buscar recursos para o aprimoramento de sua formação. Assim, poderia ser organizado um grupo de estudo formado pela equipe docente da própria instituição, a fim de que eles participassem e sugerissem atividades para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos inseridos em uma sala de aula inclusiva, pois sabemos que falta assistência/apoio por parte dos superiores para abraçar esta causa.

De acordo com o que vimos na parte introdutória deste trabalho, a educação inclusiva ainda percorre caminhos desconhecidos, que merecem ser mais bem analisados em sua plenitude. Sabemos que muitos pedagogos, psicólogos, linguistas e fonoaudiólogos têm desenvolvido inúmeras pesquisas sobre a temática supracitada, porém ainda percorrem um caminho novo que constrói e reconstrói teorias e práticas, as quais fundamentam a prática pedagógica inclusiva e tecnológica. Desta forma, acreditamos que o presente estudo propiciou-nos momentos de reflexão e análise sobre a formação de professores numa sociedade inclusiva e contemporânea.

A primeira implicação que apontamos é sobre o fato do sistema educacional inclusivo desenvolver um ensino democrático que valoriza a diversidade e a heterogeneidade escolar. Para que isso ocorra, é necessário que os professores estejam capacitados para exercerem tal função e que estejam abertos para as mudanças que ocorrem no processo educacional. Pois, percebemos que o presente estudo revelou a importância da formação inicial e continuada do docente durante o

período em que este estiver exercendo suas atividades profissionais para que possam estar comprometidos, ou seja, voltados para uma educação de qualidade.

Acreditamos que, devido ao notável e recente aumento de alunos com diversas deficiências presentes no ensino regular/inclusivo, são relevantes e necessários mais estudos aprofundados nesta área tecnológica e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. 2008. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola. 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8).

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e legais.** Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti & et.al.. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRUNER, J. **A cultura da educação.** Porto Alegre. Artmed, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A ERA DA INFORMAÇÃO: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA V.1.** São Paulo. Editora Paz e Terra. 2003.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido.** Curitiba: Positivo, 2005.

GONÇALVES, Nelson A. F. **Ferramentas de Comunicação da Internet no Ensino/Aprendizagem.** Portugal: Batalha, 2001.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Rio de Janeiro, Ed. 34, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas.** In: **Ensaio Pedagógico.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2006 a.

_____. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006b. p. 27-40.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ª Ed. São Paulo, SP: Editora Moderna, 2006c.

MARCUSCHI, Luis Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Lingüística Aplicada**. 2 ed. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, Ano XXII, n. 37, p.7-32, mar. 1999.

MORAN, José Manuel. **Como utilizar a Internet na educação**. Ago, 1997.

PAIVA, Vera Lúcia de Oliveira e. (org.) **Ensino de Língua Inglesa – reflexões e experiências**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

PEREIRA, R. C. *Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2008.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008 a.

SANCHO, J. **Para uma tecnologia educativa**. Porto Alegre, ArtMed, 1998.

SANTANA, Camila Lima S. Comunicação e cultura digital: o tecer inicial dos fios. In: **Seminário Gamepad – GT Cultura pop**. Novo Hamburgo- Rio Grande do Sul, Nov. 2006.

SANTOS, K. R. Educação especial e escola: reflexões sobre os projetos educacionais para alunos surdos. In: FERNANDES, E. (org.). *Surdez e bilingüismo*. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 51-64.

SASSAKI, R. K. Atitudes inclusivas fundamentais em educação (tradução, 1998). The Roeher Institute. *Speaking of Equality: A Guide to Choosing an Inclusive Literacy Program for People with Intellectual Disability, Their Families, Friends and Support Workers*. North York, Ontario: The Roeher Institute, 1995.

SILVA, A. C. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, E. (Org.) *Surdez e bilingüismo*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008. p. 39-50.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, D. (org). **Educação e diferença**: valores e práticas para uma educação inclusiva. Porto: Porto, 2001.p.15-34.

VALENTE, José Armando. **As tecnologias digitais e os diferentes letramentos**. Porto Alegre: Revista pátio, Ano XI N° 44 Nov. 2007/jan 2008.

ANEXO 01

GLOSSÁRIO DE LEIS

DECRETOS:

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Art.3º inciso I, considera “deficiência” toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (CNDD- vol. IV, p.41)

Art.II inciso II, considera deficiência auditiva a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e anacusia. (CNDD- vol. IV, p.42)

LEIS:

Constituição Federal, artigo 208, inciso III: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE.

Parágrafo único: Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua

competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízos de outras, as seguintes medidas:

I- área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimento públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema de ensino. (Conhecendo Nossos Direitos e Deveres, vol. III, 2002)

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Capítulo IV, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, **art. 54, inciso III**: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Artigo 93: A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados...2%;
- II – de 201 a 500.....3%;
- III- de 501 a 1.000.....4%;
- IV- de 1.001 em diante...5%.

Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994

Art. 1- É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual. (Direito à Educação, 2004.)

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Artigo1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

Artigo 36: O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; (grifo meu) isso vai contra a inclusão e os direitos linguísticos do surdo.

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Artigo 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Direito à Educação, 2004, p.119)

§2º: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Artigo 59: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Direito à Educação, 2004).

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências.

Artigo 18: O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (Direito à Educação, 2004.)

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001

Aprova o Plano Nacional de Educação, no item 8.2, que dispõe as Diretrizes da Educação Especial, e coloca que o ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. (direito à Educação, 2004)

LEI n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Texto publicado no D.O.U. de 25.4.2002

PARECER:

Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001, homologado pelo Ministro da Educação em 15 de agosto de 2001, concebe a educação especial como o conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais, devendo vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas a um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, dela necessitem para o seu sucesso escolar (Direito à Educação, 2004).

PORTARIA:**Portaria Nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999:**

Parágrafo único: item (b) dispõe para alunos com deficiência auditiva o compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: quando necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa...; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

(CNDD- vol. IV).

RESOLUÇÕES:**Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001**

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art.8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I- professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

IV- serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Art.18 § 1º. São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores.

(Direito à Educação, 2004, p.18)

Princípios Fundamentais para uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos

1. Toda pessoa tem o direito de aprender uma ou várias línguas.
2. Toda pessoa tem o direito de se identificar com qualquer língua e de ter sua opção linguística respeitada por todas as instituições públicas e privadas.
3. Toda pessoa tem o direito de ouvir, falar, ler e escrever em qualquer língua.
4. Toda pessoa tem o direito de se expressar em qualquer língua.
5. Toda pessoa tem o direito de receber educação linguística especial, caso tenha algum distúrbio de linguagem.
6. O ensino de nenhuma língua pode ser proibido.
7. Toda pessoa tem o direito de receber instrução na língua ou nas línguas com as quais essa pessoa e sua família mais se identifiquem, no ensino público, na comunidade ou em seu contexto familiar.
8. Toda pessoa tem o direito de ser ensinada na língua oficial ou nas línguas oficiais do Estado ou da Nação ou da região onde esta pessoa reside.
9. Toda pessoa tem o direito de, no contexto, educacional público, aprender outra língua a fim de ampliar seus horizontes sociais, culturais, educacionais e promover a compreensão intercultural.
10. Toda e qualquer pessoa poderá gozar destes direitos.

Esta é a tradução do Documento Aprovado pela Assembléia Geral da FIPLV129 (Pècs, Hungria, agosto de 1991) e publicado no Livro de Resumos do XIX Congresso da Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas, realizado na Universidade Federal de Pernambuco em março de 1997, e este texto foi extraído do artigo de Tanya Amara Felipe, “Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos surdos”, publicado na revista Espaço: Informativo técnico científico do INES nº 20, de junho de 1997.

Apêndice 01

Caro(a) Professor(a),

As informações contidas neste questionário são de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, a veracidade das respostas é imprescindível. Qualquer dúvida dirija-se a entrevistadora. Obrigada por sua participação!

Verônica Santos de Lima

Dados pessoais:

Nome: _____

Formação:

Graduação: _____

Pós-graduação: _____

Experiência Profissional:

Instituição(ões) onde leciona atualmente:

Disciplina:

Carga Horária:

Outras funções exercidas na área da educação:

Função: _____ Período: _____

Prática Pedagógica e Educação Inclusiva

1. Como você e a escola têm se posicionado em relação à educação inclusiva?

2. Qual é a sua opinião sobre estes cursos de formação para professores de Língua Inglesa?

3. Você já vivenciou algum tipo de experiência negativa com alunos que têm algum tipo de deficiência?

4. Ao planejar as aulas de Língua Inglesa, você leva em consideração a presença das tecnologias em suas aulas?
